



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2018**

Ata n.º 15

Aos dezasseis dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de sete de Agosto, aditamento de oito de Agosto e segundo aditamento de quinze de Agosto, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e da prestação de serviços do município de Albufeira;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento do Relatório sobre a Informação Económica Financeira a 31 de Dezembro de 2017, conforme previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Contrato de Arrendamento para fins não habitacionais com duração limitada;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo BE, com o título "Não à exploração de petróleo na costa vicentina e Algarve";-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação de Voto de Pesar pelos incêndios em Monchique, Silves, Portimão e Odemira;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação de Voto de Louvor ao Bombeiros Voluntários de Portugal;-----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação sobre a Presidência da CPCJ.-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (suplente



PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Elisabete Filomena Lopes Machado (suplente PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), José Manuel da Bota Sequeira (PSD), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e os Secretários das Juntas de Freguesia de Paderne - João Guerreiro e de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado.-----

Faltas: Francisco José Pereira de Oliveira, João Alexandre Sequeira Jorge da Silva, Helena Maria Palhota Dias Simões, Gaspar Manuel Rocha Meirinho, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Raquel Reis, Rui Gago, Rui Bernardo, Elisabete Machado, João Guerreiro e Cristina Corado.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis (20:50), Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Presidente da Assembleia: "Todas as intervenções são gravadas e peço sempre ao público alguma contenção no que diz respeito às considerações negativas, não no conteúdo mas sim nos termos."-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Domingos Coelho: "Gostava de intervir a propósito do ponto um, não sei qual vai ser a posição da Assembleia, particularmente a posição do PSD, aliás estou um pouco curioso. E o que sei é que a cidade precisa de requalificar o seu turismo. Penso que é muito por este ponto, ou seja, os horários dos estabelecimentos comerciais e do ruído, penso que passa muito por aqui a requalificação do turismo em Albufeira. Albufeira precisa de afastar-se da imagem que tem tido ultimamente, que é falta de higiene, limpeza, segurança, salubridade. Não vale a pena apresentar casos particulares, basta ver o que aconteceu no INATEL, o que acontece na baixa, junto aos caixotes do lixo. A questão é que neste momento, isto está completamente desregulado a atividade noturna na cidade. Quase todos os dias se ouvem notícias de agressões, de conflitos, de prisões. E



isto porque neste momento os bares funcionam até de madrugada e quanto mais tarde os bares funcionam mais probabilidades há de haver descatos, bebedeiras, de haver todo um conjunto de situações que não abonam nada a favor da cidade. Penso que é altura de a Assembleia e o executivo tomarem, digamos, alguma coragem e pegar neste regulamento, aprová-lo e executá-lo, fiscalizá-lo e no terreno, para que as coisas andem para a frente. Participei na comissão que fez algumas propostas, houve uma total unanimidade entre todos os partidos, nas propostas que foram aprovadas e presentes à Assembleia, por isso disse que estou curioso com a posição do PSD. Porque se há a criação de uma comissão, se há uma total unanimidade nessa comissão a propósito de algumas regras um pouco mais rígidas para todo este conjunto de atividades, penso que é altura de começarmos a ter, digamos, coragem. Volto um pouco atrás, estou convencido que muita da desqualificação do turismo de Albufeira passa exatamente pela ausência de uma execução, uma fiscalização destes regulamentos. Isso só acontecerá, por tardio e esperemos que aconteça."-----

Miguel Clemente: "O que me trás hoje é a situação do regulamento municipal número mil e vinte e seis barra dois mil e dezasseis, aprovado em reunião de câmara de dezoito de Fevereiro de dois mil e dezasseis. O regulamento de utilização, exploração e funcionamento dos parques de estacionamento P5, P6 e estacionamento à superfície na Avenida da Liberdade. Segundo o regulamento, no anexo A, os valores praticados no mês de Julho e Agosto, para quinze minutos são de oitenta cêntimos, por uma hora são de dois euros. Segundo o que se passa, ao dia de hoje, o valor praticado por quinze minutos é um euro, o valor praticado por hora são dois euros e meio. No dia vinte e quatro do sete, liguei para a Polícia Municipal para fazer a respetiva denúncia. Passado uma semana voltei a ligar, em que me disseram que já tinham lá estado e que já estava nos serviços competentes. Hoje, passei novamente no parque P5, os valores continuam iguais. Segundo o que consta numa notícia saída a dez de Maio de dois mil e treze, pergunto ao senhor Presidente, se me pode responder se é verdade ou não, em que a autarquia iria receber cinco por cento da receita bruta da exploração do parque P6, P5 e Avenida da Liberdade."-----

Joaquim Cruz: "Tenho quarenta e oito horas sem dormir por causa do ruído. Vivo na cidade velha, fomos escorraçados pela "AL", que eles alugam as casas com parque de estacionamento e nós fomos todos escorraçados. Assim não pode ser, está lá uma placa a dizer residentes e nada, a guarda vai lá não pode fazer nada porque aquilo não está



cadastrado. Eu vivo ali e tenho de ir meter o carro em Paderne, assim não dá. Segundo, o ruído, estou sem dormir, porque eles alugam à "AL", já pagam às finanças têm todos os direitos. Eu sou daqui, nasci em Albufeira e não tenho direitos nenhuns. Sei que tenho direitos e também tenho deveres. Isto tem de acabar, uma coisa é certa, vocês não sabem o que se passa em Albufeira, porque eles saem dos bares e vão para os terraços fazer "partys" até às tantas da manhã. É o espanhol a tocar flamengo, é o inglês a tocar rock e é o italiano a tocar "solo mio" e o português a gritar "cala-te filho da mãe, que quero dormir". Nunca pensei que a minha terra chegasse a este ponto, tem de haver uma intervenção. Vão para as varandas acender fogareiros, com estas nortadas, há faíscas, carvões pelo ar. As pessoas vêm-se queixar que têm a roupa queimada que estão nas cordas. Da minha casa até à Rua da Bateria são duzentos metros, trinta e dois "poitos de merda" de cão e não são limpos. A que ponto é que a minha terra chegou? E ninguém faz nada, está tudo pávido e sereno. Estacionamento, para chegar aqui estive quase meia hora às voltas."-----

Presidente da Câmara: "O professor Domingos falou considerações gerais, registei com atenção a questão relativamente aos horários e outros aspetos que frisou. Relativamente ao Miguel Clemente, falando no regulamento dos parques de estacionamento P5, P6 e à superfície, a informação que tenho é que os serviços já fizeram duas ou três fiscalizações, está constatada a situação de incumprimento, dentro de poucos dias vem à reunião de câmara uma situação de atribuição de aplicação de uma coima, ao concessionário do parque de estacionamento. Já foram aplicadas, salvo erro, mais três coimas ao longo deste tempo que eles estão a explorar aquele parque de estacionamento. Relativamente à questão da cidade velha e do Alojamento Local, penso que as regras do Alojamento Local vão mudar, penso que já foi aprovado em Assembleia da República, deve estar a ser publicado e a Câmara aí vai ter algum poder e alguma competência para poder filtrar, digamos assim, a questão da localização e da existência ou não da licença do Alojamento Local. Aceito perfeitamente as suas críticas, evidentemente que são tidas em conta, vamos tentar ver a questão do ruído. Existem regras, existe a Lei do ruído, existe regulamentos, o Vereador Rogério está aqui a ouvir, depois trata dessa parte do ruído, irá, com certeza, falar consigo e ver o que é possível fazer. Quanto à questão das fogueiras, nas nortadas, é uma questão que tem de ser analisada à parte, porque é uma questão nova, diferente, são situações que têm de ser resolvidas caso a caso e não há uma



regra que diga que não é possível acender fogareiros nas varandas. Aparentemente não, desde que não perturbe a vida das outras pessoas."-----

Miguel Clemente: "Não me respondeu à situação se a Câmara é ou não é ressarcida em cinco por cento das receitas brutas da exploração dos parques. É uma notícia saída a dezoito de Maio de dois mil e treze. Em relação às coimas, gostaria de saber, das três coimas aplicadas à entidade exploradora do parque, se alguma delas já foi paga."-----

Joaquim Cruz: "O problema é que as pessoas ficam com prejuízo, qualquer dia acontece o mesmo que aconteceu em Monchique, o vento é tanto, pega no carvão, nas fagulhas e estraga a roupa que as pessoas têm na corda. As pessoas têm as roupas cheias de buracos, isto não é brincadeira nenhuma. Há quinze dias pegou lá uma casa fogo, vá lá que foram a tempo. E porquê que conseguiram lá entrar? Porque os residentes não tinham lá os carros, estavam todos a trabalhar, porque nós entramos e saímos, e o "AL" estaciona lá quinze dias, ou um mês. Já cheguei a ir meter o meu carro na Inatel, para não estar a transgredir. Sou pescador, vou para o mar às três da manhã, tenho o carro trancado e ali estou e a senhora vem com uma bebedeira de lá de baixo da rua dos bares, estacionam ali os carros e vão para os bares. E eu tenho de levar com tudo isto? Há muitos que me respondem que "o turista aqui é você, nós não somos turistas, somos residentes", e eu tenho de levar com isto? Isto tem limites, qualquer dia acontece algo grave, na minha rua de uma janela a outra são dois metros e oitenta, metem-se em casa com as janelas abertas a fazer barulho, é uma garreia de cães. Assim não dá, há quarenta e oito horas que não durmo e agora às três da manhã vou para o mar e já sei que vou chegar a casa e tenho a tranca por de trás da porta, de hoje não passa, porque já não aguento mais, é o verão inteiro, sai uns entram outros. Assim, uma pessoa fica doida."-----

Domingos Coelho: "Desculpe Senhor Presidente, considerar que a minha intervenção foram generalidades, é preciso alguma bonomia, porque penso que são os verdadeiros problemas da cidade. Se quisermos factos concretos, estão apontados nas propostas da comissão. Generalidades, penso que as coisas não devem ser tratadas assim de ânimo tão leve."-----

João Prudente: "Há dois meses tivemos uma reunião com o Presidente Rolo, sobre o funcionamento dos bares em Albufeira, em que nos foi dito que dentro de um mês o regulamento na cidade de Albufeira estaria implantado. Passaram dois meses, estamos



no final de Agosto, a minha pergunta é só uma, quando é esse regulamento vai ficar em atividade nesta cidade?"-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão do Miguel, sobre os cinco por cento, é uma questão de notícia, não é uma questão de aprovação em Câmara e Assembleia Municipal, com certeza que a empresa tem correspondido ao pagamento desses cinco por cento, se não corresponder há coimas nesse sentido. Relativamente às coimas aplicadas ao concessionário, as duas primeiras sei que foram pagas, a outra acho que está em tribunal, que é uma coima de cinquenta mil euros. Relativamente às fogueiras vou tentar perceber se é possível fazer alguma coisa no âmbito da Proteção Civil, tem toda a razão. Relativamente aos estacionamento, não estar autorizado os residentes e estar autorizado os do Alojamento Local, tenho de mandar ver essa situação com os serviços. Está aqui o diretor dessa área, que já tomou nota disso e vai mandar verificar isso já amanhã. Os sinais têm de estar todos devidamente cadastrados, não foi bem colocado, alguém falhou e agradeço a sua informação. Evidentemente que não sabemos de todas as situações. Relativamente ao regulamento, está aqui para ser aprovado, à partida, dentro dos tempos necessários para que seja publicado, vai entrar em vigor. Vai ser no fim do verão porque houve algumas vicissitudes no processo."-----

Joaquim Cruz: "O sinal é na Rua do Bico Alto, mas não é só aquele, já dei a volta em Albufeira e vejam bem porque há mais e se houver um acidente não sei como será, se o sinal está ilegal, induziu-me em erro."-----

Presidente da Assembleia: "Quando for assim, tomamos a liberdade de solicitar que poderá mandar para a Câmara Municipal ou para a Assembleia Municipal uma fotografia com a identificação do local, porque depois podemos comunicar à Câmara Municipal para pedir aos serviços a fiscalização dessa colocação."-----

Joaquim Cruz: "Eu não sou funcionário do Câmara para tirar fotografias e mandar para a Câmara."-----

Presidente da Assembleia: "Esqueça o que lhe pedi, agradeço na mesma."-----

Miguel Clemente: "Muito obrigado pelo esclarecimento senhor Presidente. Também gostaria de saber, visto que é uma situação frequente desta empresa, dois mil e dezasseis foi aprovado, dois mil e dezasseis houve incumprimentos, dois mil e dezassete houve incumprimento, dois mil e dezoito estamos em incumprimento, três coimas, duas das quais foram liquidadas, uma com valor superior não foi liquidada. Gostava de saber se esta Câmara, perante o concurso público que foi posta a essa



entidade, se há hipóteses ou não, daquele parque reverter novamente para o município, ou ser aberto um novo concurso, visto que esta entidade não está a cumprir com o regulamento municipal, lesando os munícipes, os visitantes, em milhares de euros. Tenho aqui os "tiquês" em que uma hora e dois minutos, no estacionamento da baixa de Albufeira tem a módica quantia de três euros e cinquenta, em que duas horas e nove minutos, tem a módica quantia de seis euros, isto nem em Paris, nem em Munique, nem em Berlim, nem em Lisboa, vamos para o Funchal que é um destino turístico, nem no Funchal, só em Albufeira. E ano após ano volta-se a repetir, eu pergunto, esta entidade está a brincar com o município, com esta Assembleia, que aprovou um regulamento a dezoito de Fevereiro de dois mil e dezasseis? E vamos passar coimas? Mais ainda, sendo que a coima principal foi recorrida pela entidade em tribunal e os valores continuam lá, nós continuamos a pagar para ir à baixa, sendo que o parque está superlotado. Veja só a diferença entre o valor aprovado e o número de lugares existentes, quais são as faturas daquele estabelecimento ilegal. Outra situação é uma notícia que saiu na televisão, sobre as praias com problemas ao nível nacional, em que declaram duas com grandes problemas, Inatel e Alemães. Em dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete, a praia dos Alemães tinha qualidade ouro, não sei qual foi a atribuição em dois mil e dezoito, mas segundo o regulamento, significa que durante cinco anos aquela praia terá que ter uma qualidade de excelência para voltar a ter a bandeira ouro. Sendo que o cenário que originou isto, novamente, no jornal local a dezoito de Maio de dois mil e treze, cenário desolador na praia do Inatel, em que o Presidente da Câmara, na altura era o Dr.º José Carlos Martins Rolo, gostaria de saber se já há algo projetado para resolvermos este problema, que se arrasta há anos, basta chover um pouco e temos a água toda lá."-----

Presidente da Câmara: "Evidentemente que o problema terá que ser resolvido, nem que seja passar pelas Águas do Algarve e ao que consta o último episódio na praia do Inatel e praia dos Alemães, o problema é o mesmo porque são praias contíguas, segundo informações das Águas do Algarve não houve capacidade para recolher a água toda, das águas pluviais. Portanto, temos de resolver esse problema, a Câmara não é a única culpada desta situação, como disse e bem, já há muitos anos que esta situação vem ocorrendo, apenas ocorre quando há chuvadas fortes, com alguma intensidade, se não chover não há problema absolutamente nenhum, mas com certeza que o problema vai ser resolvido. Esta Assembleia vai ter conhecimento disso, dentro de pouco tempo.



Essa situação está pedida aos serviços técnicos para fazerem o estudo dessa situação, independentemente da água que tem de correr sempre no ribeiro, aquilo é um ribeiro, agora as águas pluviais juntas com as águas residuais é que origina aquela situação. Mas vai ser resolvido, em conjugação com as Águas do Algarve, que têm a montante uma estação de tratamento, já de alguns anos e provavelmente estará já desadequada relativamente aos caudais, não sou técnico, não sei se é assim como estou a dizer, mas vamos ter de reequacionar ou redimensionar ou o funcionamento ou a própria dimensão e capacidade da própria estação de tratamento. Penso que ficará resolvido, não muito facilmente, a situação não é fácil. Se fosse fácil, com certeza que não acontecia já há vinte anos, não é um problema novo, só aparece quando chove com alguma intensidade e no inverno se acontecer algum problema não se nota, porque é no inverno, não há muita gente na praia, não há informações a dizer que a água está imprópria para banhos, ou que está interdita, não há nada disso porque é inverno, no verão é que acontece isso, lamentavelmente. Mas esse problema terá de ser necessariamente resolvido. Relativamente à questão da coima, evidentemente que vai ser atribuída uma nova coima sobre o incumprimento destes últimos meses e depois temos de analisar bem, porque andar de incumprimento em incumprimento, ainda por cima se as ações vão para tribunal e como sabem os tribunais demoram imenso tempo, nunca mais isto se resolve, tem toda a razão. Terá de ser analisado, juridicamente, o que há a fazer, relativamente a este contrato. Foi um contrato que já foi feito há alguns anos, foi no sentido da construção/exploração. Porque foi esta empresa que terminou a construção do parque de estacionamento P6 e agarrado a isso foi feito este contrato, esta concessão, daquele parque de estacionamento e mais os outros dois, o P5 e a Avenida da Liberdade, à superfície. Agora teremos de ver as consequências de denúncia do contrato por parte da Câmara Municipal.-----

Domingos Coelho: "Em relação à minha segunda intervenção o senhor Presidente não fez comentário, presumo que está de acordo com aquilo que disse. Em relação ao P5, lembrar que, fiz parte da comissão de acompanhamento do projeto Pólis, e o que na altura estava estabelecido era que o P5 seria para estacionamento dos residentes da baixa, porque a ideia era evitar que os carros ficassem pelas ruas e criar um espaço para peões e os residentes da baixa estacionariam no P5. Enfim, as coisas mudaram, deu no que deu e ainda por cima com altos valores, segundo o que aqui se está a provar."-----



Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Face a esta sessão, à sessão anterior, ao que temos ouvido na comunicação social, não podemos deixar de manifestar alguma preocupação quanto à qualidade ambiental do concelho e das praias. Já abordamos na sessão anterior a questão da higiene urbana e dos resíduos, um elemento do público aflorou essa questão, hoje voltou-se a aflorar, voltou-se a aflorar a questão das praias; a comunicação social, hoje, em todas as televisões dá notícia sobre a questão das praias e Albufeira é destacada pelas interdições e desaconselhamentos. Esta é uma matéria que está de alguma forma a afetar a qualidade de vida dos cidadãos de Albufeira e a imagem turística que se pretende para o destino Albufeira. Indo a alguns detalhes, higiene urbana e gestão de resíduos, temos contentores cheios, contentores por recolher, contentores sujos e isso tem-se evidenciado nesta época balnear. Na gestão das praias talvez, que é o principal ativo turístico deste concelho, aí é que o calcanhar de Aquiles, tem sido superior. Temos praias com contentores insuficientes, no areal, contentores a transbordar, talvez a falta de meios o possa justificar, não sei! Beatas e plásticos nos areais que vão desde a Galé à Rocha Baixinha, não são questões isoladas, já tive oportunidade de passar ao longo de várias praias e fui sempre verificando isto com um volume de beatas, algo estranhamente superior ao normal nestas praias, não sei se tem algum problema da limpeza da areia que possam não estar a funcionar tão bem, desconheço. Mas é facto que há mais beatas que o normal e acho que este fator é claramente um fator negativo, para o turismo de Albufeira, para a imagem do turismo que se quer marcar e diferenciar no turismo de famílias e parece-me que esses aspetos de beatas e plásticos na praia são claramente negativos. Para não dizer, chegando ao extremo, a questão dos plásticos na vida marinha afetar os peixes, os ouriços. Esses dois produtos que fazem a nossa gastronomia local e que está sujeita a concurso. Nesta questão das praias não podia deixar de salientar a notícia de hoje, a questão dos desaconselhamentos e interdições, mais uma vez, já foi aflorado pelo público a questão do Inatel. A questão do Inatel é uma questão preocupante, é uma questão que não é de hoje, já tem uma ou duas décadas, mas tem-se vindo a agravar. Alguma coisa mudou? O que é facto é que desde que a praia do Inatel e Alemães teve



bandeira azul está mais escortinada e o que evidencia é que as infraestruturas que servem essa praia, que protegem essa praia, não são suficientes e por isso temos tido estes problemas todos e vamos continuar a ter enquanto não houver investimentos para aumentarem essa resiliência. Julgo que esta questão, desta degradação ambiental que se vê na gestão de resíduos, na gestão das praias, na questão do ruído, deve-se a uma insuficiência de meios! Algumas falhas de serviço há sempre na gestão de infraestruturas e uma abordagem clássica destes problemas, que se calhar tem de ser alterada. Porque se não alterarmos a abordagem a estas problemáticas e reforçando investimentos e meios não vamos conseguir resolver estes problemas. Acho que é isso que temos de ter como prioridade, porque se não tivermos irá afetar a imagem do concelho e o destino turístico Albufeira, que se quer vender como um destino de qualidade."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Gostava de perguntar ao senhor Presidente, sei que na minha freguesia está em andamento um hotel, mais propriamente no Cotovio, gostava de saber em que condições aquilo está, se já está licenciado, vejo lá obras, vejo que há grande movimento de máquinas, gostava de saber qual era a situação daquela obra."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões que o Pedro levantou, tem razão, existem problemas. Como disse, a questão da praia do Inatel e Alemães é uma questão recorrente, muitos anos já passaram, ainda não se conseguiu resolver, mas vai ter de ser resolvido. Com certeza que terá de ser com investimento, não pode ser só pensando, que o facto de não chover durante a primavera e verão não acontece nada. É uma questão relativa, nada boa, porque vem fazer que em determinados dias, dois ou três dias no máximo, haja um desaconselhamento ao uso das praias. Não se pense que este problema ambiental tem dois meses, se calhar tem trinta anos e ao longo desses anos todos ainda não se conseguiu resolver. Estou a apostar fortemente que se vai conseguir resolver na íntegra. Relativamente à questão da higiene urbana, ainda bem que os contentores estão cheios, é sinal que há aferição económica, também é importante verificar que há falhas, há aqui e em todos os concelhos, não é um caso único. Há sítios altamente críticos, sei quais são, porque percorro a cidade praticamente toda, uns dias para um lado, outros dias para outro e vou vendo o que vai acontecendo e vamos tentando resolver aquilo que é mais agudo e que tenhamos conhecimento. Quando não temos conhecimento é que é mais complicado.



Relativamente à questão do Jorge do Carmo, relativamente ao hotel do Cotovio, só verificando nos serviços como está a situação do processo e depois respondo-lhe."-----

Pedro Coelho: "Ainda bem que fez referência a essa questão dos resíduos serem um indicador de performance turística, se temos mais resíduos é porque temos mais população flutuante, logo temos mais turismo. É um facto, agora como capital do turismo, querendo ter isso como imagem e com oitenta e quatro milhões de saldo, compararmo-nos com os vizinhos temos de nos comparar com os vizinhos que tenham esta margem de investimento, temos margem para investir, por isso temos margem para sermos melhores e para conseguirmos ter essa imagem. Obviamente há problemas em todos os municípios que gerem infraestruturas, disso não há dúvidas."-----

Leonardo Paço: "Estranho que o senhor Presidente tenha dito que conhece e sabe os locais onde se passam essas situações, se conhece e sabe não percebo porque não os resolve."-----

Presidente da Câmara: "Conheço alguns e vou detetando alguns, não conheço todos simultaneamente. Hoje já mandei duas mensagens para os responsáveis da recolha de resíduos, provavelmente a esta hora já estão resolvidas essas duas situações. Não conheço no momento todas as situações, senão teriam sido resolvidas, algumas conheço. É impossível conhecê-las todas."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e da prestação de serviços do município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Quanto a esta temática, o que temos a referir é algo que já temos vindo a discutir nas sessões anteriores, onde foi trazido este ponto nas anteriores sessões. Sendo o último de vinte e três de Abril de dois mil e dezoito, onde foi aprovado por unanimidade incluir futuramente as alterações da comissão no



regulamento. Algo que na altura se discutiu se seria possível ou não, naquela fase incorporar, considerou-se que havia alguma insegurança jurídica de o efetuar, mas que seria efetuado em momento posterior, uma aprovação que teria de ser feita por necessidade de colocar em vigor o regulamento, que há muito deveria já estar a vigorar. Posto isto, o que temos a dizer é que, consideramos que é decisivo que essa ponderação de interesses que foi feita em sede da comissão de análise do regulamento seja incorporada no regulamento, algo que não é incorporado neste regulamento que hoje vamos colocar a aprovação. Por isso consideramos que esse processo tem que ser encetado, e que no prazo de seis meses deveremos iniciar um processo de revisão, para que essa ponderação de interesses que foi feita na comissão de análise e que mereceu unanimidade, e que é algo que a própria discussão pública já evidenciava uma grande dicotomia entre a qualidade de vida na perspetiva dos cidadãos e na perspetiva dos exploradores dos bares e discotecas. Isto é, no relatório que é feito de participação pública é referido que todos os cidadãos consideram que deve ocorrer restrições nos horários, depois em função de cada interesse particular, das atividades económicas, alguns consideram restringir mais por um lado, outros mais por outro. Em suma, ao nível da população há uma unanimidade ao nível da necessidade de restringir os horários para preservar a qualidade de vida, para preservar o descanso, como já hoje, nesta sessão foi exposto. Por isso, consideramos que é determinante, como dizia há pouco, proceder a uma revisão breve e no prazo de seis meses. "-----

Presidente da Câmara: "Relativamente a esta questão, com certeza que qualquer regulamento que se preze tem de estar sempre sujeito a melhorias e a revisões. Não sei se este obriga a estar seis meses em vigor para depois poder ser revisto. Penso que é uma vontade de todos que se faça essa revisão."-----

Vereador Rogério Neto: "Em relação ao regulamento o Presidente já me nomeou para fazer parte da futura comissão e penso iniciar em Setembro ou Outubro, levar a reunião de Câmara a proposta para ser criada a comissão. Como é evidente, precisamos de um regulamento, não temos nada, há dois anos que estamos em branco. Isso já foi discutido aqui várias vezes, inclusive esta Assembleia já aprovou este regulamento como projeto de regulamento, portanto acho que só temos é de andar para a frente o mais rápido possível e com certeza que a comissão irá existir, a revisão irá ser breve, espero eu, iremos convocar, com certeza, todos os elementos que queiram participar. Aliás, há discussão pública e iremos ter isso em conta. É do interesse de todos, já nem



tem muita conversa, toda a gente já chegou a essa conclusão, é necessário regularizar horários, reduzir horários e criar regras, não há mais dúvidas."-----

Leonardo Paço: "Sinceramente fiquei sem perceber, porque tenho ideia de já ter existido uma comissão e a comissão ter decidido em unanimidade, não sei para quê agora ir fazer outra. Andamos de comissões em comissões e decisões zero."-----

Presidente da Assembleia: "Só para fazer um ponto da situação, a Câmara remeteu-nos o regulamento e depois, como dizia o Pedro Coelho, referente à questão de saber se as alterações deliberadas nesta Assembleia poderiam ou não ser integradas no regulamento, entendeu-se que uma vez que já tinha havido discussão pública, a posição mais dominante é que uma vez que publicado o regulamento a Assembleia não tem poderes para o alterar. Esse regulamento que vem à deliberação, tem poderes para propor alterações e tanto quanto percebi e foi essa a menção que o Pedro Coelho fez, dizer que a Câmara deverá agilizar essa nova comissão para proceder à alteração. Penso que tenha sido nesse sentido que o senhor Vereador referiu, para poder incorporar as alterações que foram recomendadas por parte da Assembleia Municipal. Faço aqui dois pontos de situação, referente ao Pedro Coelho e referente ao senhor Vereador, para saber se terá sido assim."-----

Pedro Coelho: "Da nossa parte nunca houve nenhuma exigência sobre a constituição de uma comissão. Por a questão da insegurança jurídica existir, na questão da doutrina, de efetuar uma alteração mais extensiva ao regulamento, em sede de Assembleia, que se devolvesse o conteúdo do relatório da comissão ao executivo, para que numa próxima revisão, breve, que incorporasse toda essa análise que a comissão fez, no teor do novo regulamento. Não posso deixar de salientar, que na minha opinião, poderia ter havido uma possibilidade, neste regulamento, de se ter feito alterações cirúrgicas aos horários, isto é, onde se lê quatro lê-se três, onde se lê três lê-se dois, isso não era matéria tão polémica assim, coisa diferente é alterar o conteúdo normativo de forma distinta. Não há desta bancada nenhuma orientação da necessidade da constituição de uma comissão, mas sim incorporar as conclusões da comissão anterior."-----

Presidente da Assembleia: "Referi que a alusão que fiz foi ao facto do relatório da comissão de acompanhamento, por parte da Assembleia Municipal ao regulamento, e daquilo que foram as suas conclusões e foram aprovadas nesta Assembleia. Tanto quanto me recorde, não houve por parte da comissão qualquer manifestação



relativamente à alteração dos horários de uma forma simplificada, como referiu, penso eu."-----

Pedro Coelho: "Existiu, a questão é que tinha dois ou três pontos, um deles é exatamente uma alteração dos horários, julgo que dos bares, das quatro para as três. Mas depois há uma incorporação de uma questão de fiscalização, de maior eficácia ao nível da fiscalização e das contraordenações e isso já requer outro tipo de abordagem que não seja simplificada."-----

Vereador Rogério Neto: "O que o Pedro está a dizer está correto, a comissão elaborou dois relatórios. Um foi propor aprovar o regulamento, conforme estava para ser célere a implementação do regulamento, a outra é um relatório em que propôs a questão da redução do horário, a questão da fiscalização. Para a revisão vai ter de ser criada uma nova comissão, porque tem de ser criada uma comissão para se fazer uma revisão, tem de haver consulta pública novamente, é um processo que levará bastantes meses, como sabem. Se este está com mais de dois anos, evidente que o novo processo levará bastantes meses. Podíamos, como foi dito há pouco, aceitar a proposta da revisão para este regulamento, mas ia atrasar este regulamento. Ia ter de ir novamente a consulta pública, ser ouvidos todos os que nele participassem, ia ter de ser publicado essas alterações, aguardar prazos, novamente reunião e Câmara e novamente Assembleia. Foi unanime da parte da comissão e da parte desta Assembleia, acho que houve uma abstenção, de aprovar o regulamento como está, e a seguir avançar para a revisão deste regulamento, para que tenhamos uma ferramenta de trabalho. Pelo menos foi isso que entendi, se está errado alguém pode corrigir."-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Vereador, talvez haja aqui alguma confusão. Quando fala em comissão, não se refere à comissão da parte da Assembleia Municipal, mas refere-se ao grupo de trabalho por parte do executivo, dos membros que farão parte da organização do grupo que irá promover essa alteração, é isso?"-----

Vereador Rogério Neto: "Exatamente, a comissão que a Câmara irá deliberar. Não tem a ver com a Assembleia, acho que isso é do conhecimento de toda a gente."-----

Presidente da Câmara: "É uma comissão que designei o Vereador para ser responsável por este regulamento, não pode ser da Assembleia Municipal."-----

Presidente da Assembleia: "A dúvida do Leonardo Paço era em função da comissão por parte da Assembleia Municipal e daí a questão para ficar esclarecido. Temos o esclarecimento que a comissão que o senhor Vereador se referia, referia-se única e



exclusivamente à comissão de trabalho por parte do executivo e não a uma eventual que a Assembleia decida criar para fazer o acompanhamento dessas alterações ao regulamento."-----

Adriano Ferrão: "Esvaziou-se um pouco o conteúdo da minha intervenção, porque foi aqui explanado pelo senhor vereador, precisamente essa diferença das comissões. De qualquer maneira, a própria cidade, na sua evolução, que é bastante dinâmica, Albufeira é uma cidade dinâmica, é uma cidade que tem de ter em conta os equilíbrios entre a sua economia e a qualidade de vida daqueles que cá vivem, vai necessitar deste trabalho, contínuo quase, desta comissão que será liderada pela vereação que tem este pelouro e com certeza que isso não implica que a própria Assembleia, quando chamada para tal, possa criar uma outra comissão e essa comissão venha a fazer o seu papel também. É natural que Albufeira, nestas suas necessidades de ajustamentos contínuos, tenha que ter uma fiscalização e uma capacidade de análise e relatório assim que cheguem à Câmara com bastante frequência, de maneira a que todo o fenómeno seja acompanhado e que se consiga as melhores medidas atempadamente."-----

Francisco Cabrita: "A questão parece-me clara, neste momento a comissão que foi constituída em sede de Assembleia cumpriu o seu trabalho, apresentou as suas conclusões, deliberou por unanimidade, ou com uma abstenção. Houve uma decisão unanime e pacífica e penso que o trabalho que deveria de haver era incluir essas questões a que se chegou à conclusão no regulamento. Não houve tempo, ou pensou-se que isso levaria tempo demais e que isso atrasaria, acabou por se atrasar de qualquer forma, já estamos a mais de meio da época estival, mas parece-me que realmente é prioritário que se aprove o regulamento, para não haver uma ausência, um vazio. Entre o vazio e entre um regulamento incompleto que cuja aplicação é prioritária é de aprovar imediatamente o regulamento, mas fazemo-lo na convicção de que efetivamente a Câmara através de uma comissão continue o seu trabalho, por forma quando for necessário implementar imediatamente essa adição dessas conclusões. Fazemos esta aprovação, porque por vezes corremos o risco de sermos taxados por estarmos a fazer oposição só para demorar a aprovação das coisas, não é isso que nos movimenta e portanto o que queremos é que as coisas não fiquem num vazio legal e interessa-nos que seja aprovado o regulamento, o quanto antes e que ainda se aproveite durante o resto que falta deste verão, que veio tarde, pode ser que se prolongue até Outubro, ou mais tarde. É melhor mais tarde do que nunca e isso traz-



nos aqui aquela atuação contributiva de que as coisas neste capítulo não estamos a fazer aqui política partidária, mas esperemos que as coisas avancem no sentido de ficarem os elementos prontos, que não se deixe de pensar que aquilo que se possa aperfeiçoar esteja já preparado para poder ser incluído de um momento para o outro e aí, com uma comissão que as coisas possam estar prontas, para quando se verificar que é urgente traduzir qualquer alteração, isso que já era pacífico seja imediatamente também incluído no regulamento. Como dizia o senhor Presidente da Câmara, é uma questão instintiva de ver-se quando se está a aprovar um regulamento não é para durar a vida inteira, mas é pelo menos para que ele esteja preparado para fazer face às situações e não é para ser modificado daqui a seis meses, mas nós entendemos, para que as coisas não se esqueçam e chegou-se de facto a conclusões, de concórdia entre todas as forças políticas representadas nessa comissão da Assembleia que as coisas estejam preparadas, para quando for necessário sejam complementadas no regulamento. Fazemo-lo nessa presunção, estamos a agir de boa-fé e queremos é que as coisas avancem."-----

Presidente da Assembleia: "Só para esclarecer que no dia vinte e três de Abril aprovamos aquilo que foi o projeto do regulamento e as respetivas recomendações por parte da comissão, ambos foram aprovados por unanimidade nesta Assembleia, só não veio à última sessão porque houve um erro, por parte do documento que foi remetido à Assembleia Municipal, por isso é que marcamos esta Assembleia quase em exclusivo para este ponto."-----

Pedro Coelho: "Já se falou várias vezes do conteúdo do relatório que foi aprovado nessa Assembleia de vinte e três de Abril, sinteticamente o conteúdo era que a comissão delibera por unanimidade, como já foi referido, que nos meses de Junho, Julho e Agosto os bares deixem de fechar às quatro e passem a fechar às três. Depois, nos meses restantes, nos meses de inverno, os bares passassem a fechar às duas. A alínea f), que é as discotecas, que passassem a fechar às cinco ao invés das seis que estão agora previstas. Depois referia também uma recomendação, que ao segundo auto de notícia de contra ordenação que seja aplicada uma redução de horário de funcionamento, de pelo menos uma hora ou mais. E ainda uma recomendação para criar as condições necessárias para a efetiva fiscalização deste regulamento. Eram estas as três grandes linhas do relatório, que mereceram unanimidade e são



exatamente estas que referia há pouco que devem ser incorporadas numa futura revisão."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Renato Pimenta -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Raquel Reis, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Serôdio, Vera Belchior, Elisabete Machado, Roberto Raposo, José Sequeira, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Pedro Coelho apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)-----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento do Relatório sobre a Informação Económica Financeira a 30 de Junho de 2017 e a 31 de Dezembro de 2017, conforme previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Na sequência da discussão no período antes da ordem do dia, queria apenas salientar que o saldo de gerência é significativo, setenta e quatro milhões, mas o grau de execução do plano plurianual de investimentos do plano de atividades mais relevantes ainda é reduzido. Este investimento traduz-se no desempenho algo medíocre das infraestruturas do saneamento e pluviais, como há pouco referia e numa insuficiência na prestação de serviços vários, desde a gestão de resíduos à habitação social. Fora esta observação do saldo de gerência e do investimento, queria colocar uma questão de algum detalhe, mas que julgo que é importante para o esclarecimento do relatório. A certa altura, nas participações do município em várias sociedades, aparece a participação na sociedade Pólis, com quarenta por cento, a questão é como é que está o processo de transferência desse património da sociedade para o município,



um exemplo concreto, qual é o ponto de situação das lojas do parque de estacionamento do Pau da Bandeira e das demais infraestruturas construídas pelo Pólis para a sua incorporação nas gestão e património municipal."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão do saldo e da taxa de execução, obviamente que não é pelo facto de estar aqui este relatório que se sabe esses valores. Esses números foram aprovados nesta Assembleia em sede de contas de gerência do ano dois mil e dezassete, nessa altura já se sabia que era assim. Independentemente de ser um saldo muito grande, não é positivo e teremos de melhorar alguma forma o desempenho da parte da execução financeira do próprio orçamento de dois mil e dezoito. Relativamente à questão da sociedade Pólis, a sociedade está a ser extinta, quando isso acontecer, espero que seja dentro de pouco tempo, quero fazer uma reunião em Setembro, nesse sentido, para perceber qual a possibilidade do mais rapidamente possível, e estabelecer timings para que isso possa vir a acontecer. A partir do momento que a extinção é feita o património, as lojas por cima do parque de estacionamento P1 passarão para propriedade do município, é automático."-----

Pedro Coelho: "Mas existe mais património do lado da sociedade Pólis? E as infraestruturas enterradas, já estão do lado do município ou ainda estão do lado do Pólis?"-----

Presidente da Assembleia: "Penso que já estão do lado do município."-----

Adriano Ferrão: "Este relatório, da leitura que fiz e não sendo a minha área profissional, de qualquer maneira parece-me um relatório que releva um desempenho positivo, pelo lado da Câmara. Temos mais dinheiro, quem é que não gosta desta notícia? De uma Câmara que há uns anos estava no PAEL, por estar endividada, conseguiu superar esse endividamento, conseguiu chegar a estes montantes, sabendo que temos pela frente umas despesas grandes, com todo o plano hidrográfico, dadas as inundações que Albufeira tem sido alvo e que não sabemos ainda, concretamente, qual o montante que isso irá implicar. É bom ter esse dinheiro, lembro-me das palavras do senhor Ex Presidente da Câmara, que gostava de poupar para poder depois gastar e não endividar-se. Acho que é um bom princípio, criava uma analogia com as próprias famílias, porque é assim que as famílias gerem também os seus orçamentos. Por isso, parece-me que há necessidade de diversificar os investimentos da Câmara, parece que há várias áreas que estão sujeitas a uma apreciação e a uma despesa que depois seja



um investimento para a qualidade de vida em Albufeira, mas continuo a relevar que os resultados apresentados nos relatórios são positivos.”-----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Contrato de Arrendamento para fins não habitacionais com duração limitada; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: “Gostava de colocar duas questões ao presidente da Câmara e ao Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. Perguntar se existem instalações próprias ou não, da Câmara ou da Junta de Freguesia na zona das Ferreiras para a instalação do polo da biblioteca. Na negativa, gostava de perguntar se a Câmara estudou a hipótese de adquirir instalações para esse fim.”-----

Presidente da Câmara: “Relativamente a este contrato de arrendamento, é o contrato de arrendamento das lojas onde funcionava o anterior espaço da Junta de Freguesia. Não quer dizer que esse espaço não possa vir a ser adquirido, mas neste momento isto é apenas do arrendamento.”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “A Junta de Freguesia enviou esta semana uma carta ao município de Albufeira a solicitar que fosse adquirido o edifício que está em frente à Junta de Freguesia, para podermos fazer lá várias coisas, entre elas era uma biblioteca. Solicitamos que o município adquirisse o dito edifício para meter um posto de atendimento da GNR, um posto de atendimento dos Bombeiros Voluntários com prestação dos primeiros socorros e uma ambulância permanente para servir a população das Ferreiras, solicitamos para um auditório, que também faz falta porque não existe nenhum e uma biblioteca e sala de exposições, na parte de baixo, inclusive para passar as instalações da Junta de Freguesia, visto que é um edifício novo mas não é funcional, já expliquei várias vezes à Câmara. Era bastante bom se a Câmara adquirisse aquele edifício, na parte de cima sugerimos que o município fizesse alojamento para pessoas que estão na função pública, GNR, colegas de trabalho, desde autarcas da freguesia a fregueses. Por parte da GNR estão muitas pessoas destacadas



para Albufeira que não têm onde morar, quem diz da GNR diz funcionários públicos. Há colegas meus que vão todos os dias à Junta pedir para arranjarmos instalações para eles porque não têm onde ficar, é difícil, toda a gente sabe que o alojamento em Albufeira está a ser difícil para os residentes."-----

Ana Cristina Pinto: "Essa habitação para funcionários públicos inclui professores?"-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Precisamente, são funcionários públicos. Os professores sobretudo, são os que vêm cá temporariamente, como o pessoal da GNR, entre outros, é uma necessidade permanente da Freguesia e acho que do concelho todo."-----

Presidente da Câmara: "Há dois anos a Junta de Freguesia de Ferreiras mudou de instalações e neste momento já estar desatualizado, acho um pouco estranho, já ter necessidade de mudar outra vez de instalações. Com este ritmo daqui a dez anos mudamos dez vezes de instalações. Haja dinheiro e assim ele se vai gastando."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Gostava de explicar como funciona a Junta de Freguesia de Ferreiras, para saberem temos uma sala na entrada, onde estão três funcionárias, depois temos um gabinete onde está uma funcionária da contabilidade, abrimos um concurso e vai entrar dia três de Setembro uma nova funcionária e não tem sítio para ir, o gabinete da contabilidade só cabe uma secretária. Toda a gente sabe que uma freguesia como a das Ferreiras, que é a segunda maior do concelho, tem um certo movimento. O gabinete do Presidente, que é onde estou é um gabinete grande, mas é um corredor, que dá acesso ao cofre do outro lado, estou a atender pessoas e estou constantemente a bater à porta ou a passar, privacidade não há nenhuma. Um Presidente a atender um freguês e estão os outros a ouvir, há qualquer coisa que não funciona muito bem. Já alertei os serviços da Câmara, em termos de funcionalidade não é muito funcional, o espaço em si não é muito, mas depois temos uma sala de reuniões boa, grande, temos duas salas onde damos cursos de formação, mas o edifício da Junta em si não é funcional."-----

Renato Pimenta: "Queria solicitar a retirada deste ponto, para a Câmara verificar a hipótese de adquirir instalações para o fim que estão aqui considerados no contrato de arrendamento."-----

Presidente da Assembleia: "O contrato é mais célere, porque a aquisição não sei se não tem de ir ao Tribunal de Contas."-----



Presidente da Câmara: "A proposta é para a instalação de um polo da biblioteca, se tem de ir ao Tribunal de contas ou não é só uma questão de tempo, mas acho que não. Acho que é importante a colocação de uma extensão biblioteca nas Ferreiras, já é um princípio, não quer dizer que não se venha a comprar as instalações após o arrendamento."-----

Pedro Coelho: "Concordamos, uma vez que o Presidente apresentou algumas questões que gostaria de articular com o executivo para melhor organização dos serviços. Julgo que esta questão poderia ser concertada e não existir grande perda de tempo, em termos de questões processuais, pode ser retirado e vir na próxima Assembleia."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO DA RETIRADA DO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Raquel Reis, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Serôdio, Vera Belchior, Elisabete Machado, Roberto Raposo, José Sequeira, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por **unanimidade**. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo BE, com o título "Não à exploração de petróleo na costa vicentina e Algarve"-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Queria mencionar que no passado dia treze, foi decidido pelo tribunal que contrato de Aljezur ia ser suspenso, é um bom começo. Agora esperemos que seja cessado esse contrato."-----

Fernando Cabrita: "É com certeza um bom começo, mas é preciso ver que pode haver recurso. Mesmo que não houvesse, só transitaria em julgado no final de Setembro, penso eu."-----



Presidente da Assembleia: "É uma providência cautelar."-----

Francisco Cabrita: "De qualquer forma tem de haver uma ação principal."-----

Adriano Ferrão: "Já há algum tempo, em consonância com aquilo que é a posição conhecida da AMAL, nos colocamos contra a exploração do petróleo na costa vicentina e no Algarve, com todas as suas implicações nefastas que poderá vir a ter para o domínio público, quer do lado económico, quer do lado social e do lado ambiental. Parece-nos que nos devemos colocar contra essas intenções, que me parecer ter o apoio do governo, não nos custa aceitar o propósito desta moção."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Renato Pimenta -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Raquel Reis, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Serôdio, Vera Belchior, Elisabete Machado, Roberto Raposo, José Sequeira, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Renato Pimenta apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata)-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto, dos pontos cinco e seis e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação de Voto de Pesar pelos incêndios em Monchique, Silves, Portimão e Odemira; -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação de Voto de Louvor a todos os Bombeiros Voluntários de Portugal. -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Presidente da Assembleia: "Os pontos cinco e seis não foram acompanhados de texto porque a mesa tomou como necessário e como evidente, este voto de pesar e este voto de louvor e para que não fosse eivada de qualquer consideração menos considerada por todos os membros da Assembleia, decidiu fazê-lo de forma transversal, ou seja, não escrevendo nada e baseando-se nos sentimentos de cada um. Aquilo que for as intervenções das bancadas, serão aquilo que ficarão a constar por parte deste voto de pesar e deste voto de louvor, fazendo certo que a proposta da mesa será de remeter única e exclusivamente um documento, uma missiva, quer aos Presidentes de Junta de Monchique, ao Presidente da Câmara e Presidente da Assembleia Municipal, dizer que foi deliberado nesta Assembleia Municipal um voto de pesar, pelo que a população de Monchique, Silves, Portimão e Odemira. Depois o voto de louvor aos Bombeiros Voluntários de Portugal, na sua generalidade. Tomo um voto de protesto, porque é inadmissível, que o Algarve, ao longo destes anos todos tenha sido vítima constante deste atroz ataque áquilo que é não só a sua cultura, não só o seu património, mas um ataque áquilo que é a sua independência económica, com o turismo, com aquilo que são as economias regionais de cada concelho. De facto, temos vindo a ser assolados com estes ataques, que não têm a ver com o governo A ou B, tem a ver sim com centralismos no que diz respeito a este flagelo que todos os anos dá cabo do Algarve. Sem querer ser menos próprio numa questão, que de facto muito me apetecia dizer para castigar e puxar as orelhas aos senhores que só cá vêm passar férias e nunca se lembram de nós a não ser nestes momentos, e mesmo assim, de vez em quando fazem comentários impróprios, não queria deixar de manifestar o meu voto de pesar para estas populações que sofreram, que sofrem e que depois ainda têm prejuízos pessoais, que só daqui a um ano é que vão ser lembrados com alguma coisa negativa, quando acontece no Algarve, porque depois no inverno, o Algarve não existe para mais ninguém." -----

Adriano Ferrão: "Quero fazer um voto unanime com esse voto de pesar barra protesto, porque é a segunda vez que este espetáculo, com esta grandeza, nesta dimensão se assiste em poucos anos e desta vez com mais de cem quilómetros de perímetro. Esta abstração de áreas, ou perímetro, em quilómetros quadrados, o facto é que temos ali mais de vinte e cinco quilómetros de lado, num quadrado em que ficaram queimados. Quem lá passa, fui dar uma volta por lá e uma pessoa fica sem palavras, fica com lágrimas nos olhos de ver aquele deserto negro, é uma desgraça,



sobretudo para aqueles que as sofreram, porque aquilo que lá se vê são propriedades queimadas, ainda lá está o exército a fazer rescaldos. Há tanto para fazer do lado preventivo e há muita coisa para fazer do lado operacional, com certeza. Do lado preventivo, os senhores que lideram este país, seja qual for o governo, tem deixado um trabalho negligente sobre esta área e é inadmissível, é bom que o Algarve se levante e proteste contra isto, porque é inadmissível um desastre desta dimensão. É um voto profundo de pesar e de solidariedade com aquelas populações, que sofreram e com todos os Algarvios que sentem este mesmo pesar. Já do outro lado, passando ao ponto seis, a atuação dos bombeiros, a valentia, a galhardia, a coragem, a dedicação e determinação àquele combate merece todo o respeito, merecem que a gente os apoie em tudo aquilo que seja, porque muitos de nós não sabe o inferno que é só a aproximação. Saber o que é a aproximação com aqueles fogos a quatrocentos metros já uma pessoa quase que não consegue estar ali, já o ar é quase irrespirável, quanto mais combatê-lo frente a frente, a poucos metros de distância. Aqueles homens entrarem para salvarem vidas de pessoas e de animais e conseguirem combater aquele fogo naquelas circunstâncias é de uma coragem que nos ultrapassa e que merecem todo esse respeito. Este louvor é de todo merecido, qualquer um deles e é de todo sentido.”-----

Pedro Coelho: “Já que se abordou a questão de uma forma mais geral, gostaria de colocar o foco na prevenção. A prevenção está ao nível da escala nacional, mas também está ao nível da escala local. A escala local, ao nível da prevenção, é decisiva na elaboração das faixas de contenção aos fogos e toda a implementação de medidas ao nível do gabinete florestal, que é fundamental. Mas também, nos concelhos, como é o nosso, menos florestal, ao nível de regulamentação municipal que permita complementar a regulamentação nacional que exista. E se a regulamentação nacional for insuficiente, aqui estamos na sede própria para tentar densificar os regulamentos, para que consigamos ser mais eficazes na prevenção. O desafio nesta matéria é sempre a questão do conflito com a propriedade privada, isto é, como é que vamos limpar dentro de uma propriedade privada. Tirando um pouco o foco de Monchique e Silves, Portimão e Odemira, para a Grécia, a Grécia não está muito distante da realidade de Albufeira. Estamos numa zona costeira e essa matéria deve ser observada também por nós, com alguma cautela e alguma atenção, se os instrumentos que temos são os adequados para permitir uma prevenção adequada de toda esta faixa litoral, que também tem manchas de pinheiros bravos e que podem arder facilmente.



Já que estamos a refletir de forma mais abrangente sobre o combate e a prevenção, não deixar de dizer que o município deverá refletir sobre os instrumentos que tem e se não tiver os mais adequados, deverá trazer a esta Assembleia propostas para tornar mais eficazes os instrumentos, inclusive colocar em funcionamento a comissão defesa contra incêndios, que não temos conhecimento que ela tenha funcionado e que deverá funcionar e deverá, pelo menos, reunir uma vez, neste período mais crítico que é o período do verão."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO CINCO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Raquel Reis, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Serôdio, Vera Belchior, Elisabete Machado, Roberto Raposo, José Sequeira, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO SEIS:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Raquel Reis, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Serôdio, Vera Belchior, Elisabete Machado, Roberto Raposo, José Sequeira, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O membro Renato Pimenta saiu da sala. -----

PONTO 7

Apreciação e deliberação sobre a Presidência da CPCJ.-----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia Municipal: "Foi-nos remetido um email sobre a eleição da presidência da CPCJ. A CPCJ oficiou-nos uma tomada de posição, porque a presidenta eleita, que é a Ema Pimenta, é funcionária pública, do Ministério da Educação, como tal, para que possa ter autorização por parte do Ministério da Educação, para assegurar a tempo inteiro a presidência da CPCJ torna-se necessária muita boa vontade por parte do Ministério da Educação. Então, foi-nos solicitado, por parte da então presidente eleita, que a Assembleia Municipal deliberasse, de alguma forma o apoio à CPCJ, nomeadamente através de uma referencia ao interesse municipal, uma vez que essa eleição passou-se na comissão alargada e tem de ser, segundo o que é informado, passo a ler o email, (Doc. n.º 3 anexo a esta ata). É uma situação primitiva em Albufeira, porque a presidência tem sempre sido assegurada por um funcionário da Câmara Municipal, e como tal nunca foi colocada esta questão. O Ministério da Educação, tanto quanto me fez saber, coloca aqui algumas considerações sobre a cedência à CPCJ, que tem de ser a tempo inteiro e não é possível acumular com o seu trabalho no agrupamento."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01): Renato Pimenta -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Raquel Reis, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Serôdio, Vera Belchior, Elisabete Machado, Roberto Raposo, José Sequeira, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

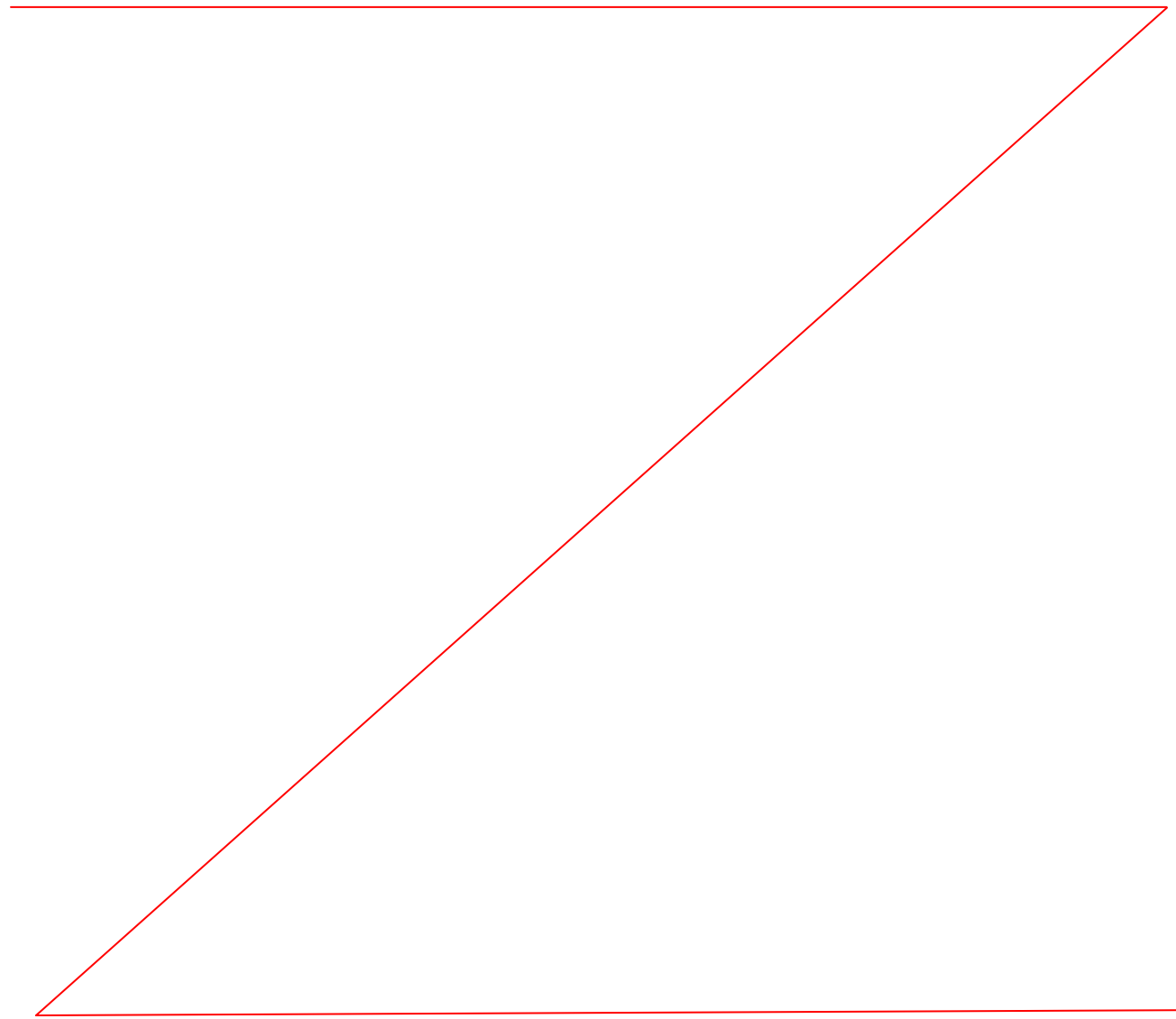
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 16 de Agosto de 2018 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Doc. 1

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ponto 1 da O.T. 16/08/2018

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Albufeira, apresenta a sua Declaração de Voto relativa ao Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, Apreciação e Deliberação do Regulamento dos Horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e da prestação de serviços do Município da Albufeira, da Sessão Extraordinária realizada no dia 16 de Agosto de 2018, o que faz nos termos seguintes:

Considerando que o Regulamento de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais e da prestação de serviços do município de Albufeira é fundamental para o enquadramento legal da actividade em causa, que se encontra sem regulamentação desde 2015, segundo a interpretação veiculada pelo Executivo.

Considerando que a inércia dos vários executivos PSD tem prolongado esta insegurança jurídica, e a possibilidade dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços poderem adoptar os horários que entenderem.

Considerando que em virtude das inúmeras questões controvertidas foi constituída uma Comissão Parlamentar com a participação de todas as forças políticas, ainda no anterior mandato, que aprovou por unanimidade várias alterações a introduzir no referido Regulamento.

Considerando que o Executivo e o PSD solicitaram que o Regulamento fosse aprovado de imediato para que a actividade fosse regulamentada, uma vez que, segundo a sua interpretação, as alterações a introduzir implicavam o reiniciar do processo de aprovação do Regulamento.

Considerando que o relatório que consta da proposta de regulamento refere que a Assembleia Municipal concordou com o projecto do regulamento, tal não implica a aprovação do texto final.

Considerando que o Ponto 13 da Sessão da Assembleia Municipal de 23/04/2018, que foi aprovado, por unanimidade por todas as forças políticas, referir a necessidade de inclusão das alterações no Regulamento.

Considerando que, em momento algum, a Comissão de Análise do Regulamento concordou com os horários iniciais e demais questões de enorme importância, como aliás consta da deliberação da Comissão em anexo ao Ponto da Ordem de Trabalhos.



O Partido Socialista vota favoravelmente o presente Regulamento, por forma a evitar o pretenso vazio legal, diga-se, criado pela inércia dos Executivos PSD, sob o compromisso de no prazo de 6 meses ser iniciado o processo para a inclusão das deliberações da Comissão de Análise, sob pena de se verificar o total e completo desrespeito pelas decisões unânimes tomadas pelas forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista



Handwritten signatures of the Socialist Party's Parliamentary Group members, including names such as António Pita, João Paulo, and João Paulo.



Ex.mo Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto 4.º da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, convocada para dia 25/01/2018, nomeadamente, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de serviços de responsabilidade técnica de instalações eléctricas em edifícios municipais, apresentar:

Declaração de Voto

O PCP tem acompanhado, desde o seu início, o processo de pesquisa e prospecção de petróleo no Algarve e Costa Vicentina reivindicando a necessidade de uma avaliação de impacto ambiental, determinando os riscos resultantes da prospecção e pesquisa e de uma eventual exploração de petróleo e/ou gás natural no Algarve e na Costa Vicentina e definindo as medidas que devem ser adoptadas para eliminar ou minimizar esses riscos, tal como a avaliação do impacto que uma eventual exploração de petróleo poderia ter noutras actividades económicas, em particular, no turismo. Foi nesse sentido que propôs na Assembleia da República dois projectos de resolução, quer em 2016, quer em 2017, que acabariam por ser aprovados. No entanto o governo continua a ignorar esta recomendação da Assembleia da República facilitando assim os objectivos dos consórcios envolvidos nos contractos de concessão que foram estabelecidos pelo anterior governo PSD/CDS.

A CDU considera que deve ser exigido ao governo o cumprimento desta resolução da Assembleia da República. Só estas avaliações, promovidas por entidades públicas, para o efeito dotadas dos adequados meios humanos e materiais, é que poderão sustentar um amplo debate público, com a participação das populações, dos autarcas, das associações ambientalistas e dos agentes económicos, que permita ponderar, de forma esclarecida e aprofundada, as vantagens e desvantagens, a oportunidade e as condições do aproveitamento dos recursos energéticos nacionais, renováveis e não renováveis.

Tendo em conta que a proposta apresentada pelo BE, também prescinde, tal como o governo, da realização dos estudos referidos, ACDU abstém-se.

Albufeira, 16/08/2018

O Eleito da CDU na Assembleia Municipal

Renato J. M. M. Pimenta

Luisa Isabel Fernandes Alambre

De: Ema Pimenta <emapimentacpcjalbufeira@gmail.com>
Enviado: 10 de agosto de 2018 11:26
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Eleição da Presidente da CPCJ//Regularização processual
Anexos: Extrato da ata de eleição.pdf

Exmo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira

No seguimento da informação por mim prestada, por correio eletrónico, no passado dia 2 de agosto de 2018, a V.Ex.a e de acordo com as orientações recebidas por parte da Coordenação da Regional e da Comissão Nacional na reunião extraordinária da Comissão Alargada de 9/08/2018, sou a enviar o Extrato da Ata nº 6, de 30 de julho 2018 e solicitar à Assembleia Municipal de Albufeira, a emissão de certidão no qual conste o apoio a este ao elemento por V.as Ex.as designado e a recomendação à minha entidade patronal, a saber o Agrupamento de Escolas de Albufeira, da minha cedência por interesse público à CPCJ de Albufeira.

Com os melhores cumprimentos,
A Presidente da CPCJ de Albufeira
Ema Martins Pimenta
Elemento designado pela Assembleia Municipal



Beco Bernardino de Sousa (Frente ao Hotel Sol e Mar)
8200 ALBUFEIRA

Telefones: 289 599 510 / 961 040 454 | FAX: 289 585 694
Site: <http://cpci.albufeira.pt> | Blog: <http://cpci.albufeira.blogspot.com/>